

RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.304 - SP (2016/0280869-6)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : MANOEL APARECIDO DA SILVA
RECORRENTE : VALDEMIR LULIO DE SOUZA
ADVOGADO : JORGE MARCOS SOUZA E OUTRO(S) - SP060496
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Manoel Aparecido da Silva e outro**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 223/224):

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A RENDA. FUNCIONÁRIOS DA ECT. REINTEGRAÇÃO AO ANTIGO EMPREGO. VERBAS DECORRENTES DA EXTINÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NATUREZA SALARIAL. ISENÇÃO. INOCORRÊNCIA. ART. 9º DA LEI Nº 10.559/2002. NÃO APLICAÇÃO À HIPÓTESE DOS AUTOS.

I - A isenção do Imposto sobre a Renda, conferida aos anistiados políticos, não se aplica ao caso sub judice, uma vez que se trata de verbas de natureza salarial e não da indenização do anistiado, reparação econômica com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei n. 10.559/2002.

II - Não há que se confundir a reparação econômica devida aos anistiados políticos - que pode ser paga em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada (arts. 4º a 9º) - com a reintegração do anistiado político ao cargo ou emprego público e pagamento das verbas pertinentes.

III - Nos termos da Lei n. 10.559/02, apenas em relação à reparação econômica à qual alude o regime de anistiado político é que tal diploma legal assegura a exoneração do pagamento do Imposto sobre a Renda.

IV - A reparação econômica devida aos anistiados políticos é concedida mediante portaria do Sr. Ministro de Estado da Justiça e paga pela União; já as verbas decorrentes da extinção de vínculo empregatício fundado no ato de exceção, evidentemente, são pagas pelo ex-empregador.

V - Ainda que decorrentes do reconhecimento de dispensa de emprego público fundada em ato de exceção, as verbas devidas aos Autores em virtude de decisão judicial sujeitam-se à legislação tributária, não se lhe aplicando o regime especial de anistiado político e, por conseguinte, o regime de isenção do Imposto sobre a Renda com fundamento na Lei n. 10.559/2002.

VI - Apelação improvida.

Superior Tribunal de Justiça

Os recorrentes apontam violação aos arts. 9º da Lei 10.559/2002; e 1º do Decreto 4.897/2003. Sustentam, em resumo, que fazem jus à isenção do imposto de renda sobre os valores percebidos em razão de êxito em ação trabalhista por eles ajuizada para reintegração a seus postos na ECT, visto que "A Lei 10.559/02 dispõe que os benefícios pecuniários dos anistiados são isentos do I.R. [...] A anistia mencionada pelo TST tem a mesma natureza jurídica que a anistia referida na Lei 10.559/02" (fl. 235).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A Corte Regional assim deliberou ao solucionar a contenda (fls. 219/222):

*[...] a isenção do Imposto sobre a Renda, conferida aos anistiados políticos, não se aplica ao caso **sub judice**, uma vez que se trata de verbas de natureza salarial e não da indenização do anistiado, reparação econômica com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei n. 10.559/2002.*

Para bem situar meu entendimento, impende traçar o quadro normativo no qual se insere a pretensão.

O art. 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prescreve:

[...]

Regulamentando tal preceito, veio a Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002, que assim dispõe :

[...]

O Decreto n. 4.897, de 25 de novembro de 2003, por sua vez, regulamenta o transcrito art. 9º, da Lei n. 10.559, reafirmando a isenção do Imposto sobre a Renda das indenizações pagas a anistiados políticos, como segue:

[...]

Superior Tribunal de Justiça

À vista de tal disciplina normativa, não há que se confundir a reparação econômica devida aos anistiados políticos - que, como visto, pode ser paga em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada (arts. 4º a 9º) - com a reintegração do anistiado político ao cargo ou emprego público e pagamento das verbas pertinentes.

Tanto assim é que o art. 1º da Lei n. 10.559/2002, retro transcrito, os arrola como direitos distintos (incisos I e V), sendo que apenas em relação à reparação econômica à qual alude o regime de anistiado político é que tal diploma legal assegura a exoneração do pagamento do Imposto sobre a Renda, ao declarar que "os valores pagos a título de indenização a anistiados políticos são isentos do Imposto de Renda" (art. 9º, parágrafo único).

A remarcar cuidar-se de institutos completamente distintos, saliente-se que a reparação econômica devida aos anistiados políticos é concedida mediante portaria do Sr. Ministro de Estado da Justiça e paga pela União; já as verbas decorrentes da extinção de vínculo empregatício fundado no ato de exceção, evidentemente, são pagas pelo ex-empregador.

Resta claro, assim, que as verbas devidas aos Autores, objeto da ação trabalhista n. 1264/89, da 1ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto e ação rescisória n. 100/93 - TRT 15ª Região, ainda que decorrentes do reconhecimento de dispensa de emprego público fundada em ato de exceção, não se submetem ao regime de isenção do Imposto sobre a Renda com fundamento na Lei n. 10.559/2002.

Portanto, a exigência de Imposto sobre a Renda sobre as verbas recebidas pelos ora Apelantes em virtude da decisão judicial apontada sujeita-se à legislação tributária, não se lhe aplicando o regime especial de anistiado político

Da leitura dos excertos do acórdão recorrido antes colacionados, pode-se extrair que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a alegação de que "A anistia mencionada pelo TST tem a mesma natureza jurídica que a anistia referida na Lei 10.559/02" (fl. 235), tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

Outrossim, o recurso especial não impugnou fundamentos basilares que amparam o acórdão recorrido, a saber, "não há que se confundir a reparação econômica devida aos anistiados políticos - que, como visto, pode ser paga em prestação única ou

Superior Tribunal de Justiça

*em prestação mensal, permanente e continuada (arts. 4º a 9º) - com a reintegração do anistiado político ao cargo ou emprego público e pagamento das verbas pertinentes"; e "A remarcar cuidarem-se de institutos completamente distintos, saliente-se que a reparação econômica devida aos anistiados políticos é concedida mediante portaria do Sr. Ministro de Estado da Justiça e paga pela União; já as verbas decorrentes da extinção de vínculo empregatício fundado no ato de exceção, evidentemente, são pagas pelo ex-empregador", esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.*

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator